

Dallari nega que expurgo será só em junho

São Paulo — O Secretário Especial de Abastecimento e Preços, Milton Dallari, negou ontem que já esteja decidido pelo Governo expurgar INPC apenas em junho, como informou quinta-feira o Ministro da Fazenda, Ernane Galvêas. Segundo Dallari, estudos estão sendo feitos pela Fundação Getúlio Vargas e “o Governo poderá fazer o expurgo em junho ou em outros meses”, dependendo dos princípios metodológicos que a FGV adotar.

Esses estudos, acrescentou, “estão prontos em duas semanas”. Após completá-los, a Fundação “chamará a sociedade” para discuti-los. O mais provável é o convite a sindicatos empresariais e de trabalhadores, economistas e políticos para uma reunião na sede da FGV no Rio, onde serão apresentados os novos critérios de cálculo dos índices a serem expurgados.

[Na quinta-feira, em entrevista à imprensa no Rio, depois de receber a Medalha de Mérito Industrial da Federação das Indústrias do Estado do Rio (Firjan), o Ministro da Fazenda, Ernane Galvêas, foi bas-

tante claro ao informar que o expurgo do INPC e da correção monetária (ainda sem definição quanto à correção cambial) seria “feito num mês em particular e depois retorna (o cálculo integral dos índices) ao normal”.

Respondendo às perguntas dos jornalistas, disse que já seria “para este mês de junho” e que “em julho, volta ao normal”.]

Dois índices

Dallari confirmou que todos os índices econômicos serão atingidos, excluindo a hipótese de que apenas o INPC sofra o expurgo. O Secretário garantiu que a inflação continuará sendo medida normalmente, isto é, haverá dois IGP — Índice Geral de Preços, um “real” e um expurgado.

O Secretário Especial de Abastecimento e Preços afirmou ainda que o Governo não está preocupado com o prazo em que sairão efeito as medidas econômicas adotadas nas últimas semanas. Segundo ele, “o importante

é que essas medidas são necessárias e farão baixar os juros e o déficit público”.

Dallari admitiu que a nova tabela de preços de produtos sob controle do CIP — Conselho Interministerial de Preços, que deverá ser divulgada em uma ou duas semanas, poderá incluir aumentos ou diminuição de preços em relação aos preços atuais (hoje há 73 produtos na lista do CIP proibidos de terem aumentos superiores a 90% das ORTNs — Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional).

— Há alguns produtos que não vale a pena tabelar, como o ferro para construção, que está com preço muito baixo — afirmou Dallari que ontem, em seu escritório no Ministério da Fazenda em São Paulo, recebeu empresários do setor de fios e cabos, da indústria de óleos vegetais (soja), da Associação Brasileira da Indústria de Fundição e da Associação dos Investidores em Reflorestamento.

Leia editorial Nação Parada
